

SUMÁRIO

1 – INTERESSES METAINDIVIDUAIS	15
1.1 Conceito de Interesse.....	15
1.2 Interesses Metaindividuais	19
1.3 Classificação.....	20
1.4 Questão Terminológica	21
1.5 Interesses Difusos.....	24
1.5.1 Conceito	24
1.5.2 Indeterminação dos Sujeitos	24
1.5.3 Indivisibilidade e Irrenunciabilidade	26
1.5.4 Intensa Litigiosidade Interna	27
1.5.5 Transição no Tempo e no Espaço.....	31
1.5.6 Colocação dos Interesses Difusos no Quadro Geral dos Interesses.....	35
1.6 Interesses Coletivos <i>Stricto Sensu</i>	36
1.7 Interesses Individuais Homogêneos	36
1.8 Síntese	37
2 – INSTRUMENTOS PARA DEFESA DOS INTERESSES METAINDIVIDUAIS	39
2.1 Acesso à Justiça.....	39
2.2 Meios de Defesa	41
2.3 Legitimação Ordinária ou Extraordinária.....	43
2.4 Tutela Penal.....	46
3 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA	49
3.1 Instituição	49
3.2 Inspiração	52



3.3 Conceito.....	55
3.4 Natureza Jurídica	56
3.5 Finalidade e Objeto.....	57
3.6 Legitimidade.....	59
3.6.1 Legitimados Ativos.....	59
3.6.2 Ministério Público	60
3.6.2.1 Instituição	60
3.6.2.2 Funções do Agente Ministerial	61
3.6.2.3 A Legitimação do Ministério Público.....	64
3.6.3 Entes Estatais.....	70
3.6.4 Associações	71
3.6.5 Substituição de Parte Ilegítima	71
3.6.6 Legitimados Passivos.....	73
3.7 Interesse Processual.....	75
3.8 Competência	76
3.8.1 Competência Funcional	76
3.8.2 Justiça Federal	76
3.8.3 Conexão, Continência e Litispêndência.....	80
3.9 Denúnciação da Lide	83
3.9.1 Conceito.....	83
3.9.2 Previsão legal.....	84
3.9.3 Obrigatoriedade da denúnciação.....	85
3.9.4 Denúnciação da Lide e Chamamento ao Processo.....	89
3.9.5 Denúnciação na Ação Civil Pública	90
3.9.6 Exceção Legal.....	92
3.10 Litisconsórcio	93
3.11 Assistência.....	96
3.12 Procedimento.....	97
3.13 Desistência da Ação	98
3.14 Custas e Honorários	102
3.15 Sentença	106
3.16 Execução	109
3.17 Prescrição	110
3.18 Inquérito Civil Público	112



3.18.1 Conceito	112
3.18.2 Natureza Jurídica	113
3.18.3 Facultatividade	114
3.18.4 Publicidade	115
3.18.5 Procedimentos Diversos	115
3.18.6 Prerrogativa do Ministério Público	116
3.18.7 Requisição Ministerial	117
3.18.8 Fases	120
3.18.9 Vícios	120
3.18.10 Controle do Arquivamento	120
3.18.11 Reabertura	122
3.19 Compromisso de Ajustamento de Conduta	123
3.20 Fundo Fluido	126
4 – AÇÃO POPULAR	129
4.1 Instituição e Origem	129
4.2 Breve Incursão no Direito Comparado	136
4.3 Conceito e natureza jurídica	140
4.4 Objeto	141
4.5 Justificativa	144
4.6 Legitimidade	144
4.6.1 Legitimado Ativo	144
4.6.2 Natureza da Legitimação	146
4.6.3 Autor Popular Menor	151
4.6.4 Legitimado Passivo	152
4.7 Litisconsórcio	154
4.8 Competência	155
4.9 Procedimento	156
4.10 Custas e Honorários Advocatícios	158
4.11 Sentença	160
4.12 Execução	160
5 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	163
5.1 Mandado de Segurança	163
5.2 Instituição e Inspiração	167
5.3 Conceito	173



5.4 Natureza Jurídica	173
5.5 Finalidade e Objeto.....	174
5.6 Interesses Protegidos	176
5.7 Mandado de Segurança e Ação Popular	183
5.8 Legitimidade.....	186
5.8.1 Legitimidade Ativa	186
5.8.2 Limitação	187
5.8.3 Partidos Políticos	188
5.8.4 Legitimidade do Ministério Público	193
5.8.5 Legitimidade Passiva	196
5.9 Competência	200
5.10 Procedimento.....	201
5.11 Sentença	205
5.12 Custas e Honorários Advocatícios.....	209
CONCLUSÕES	219
REFERÊNCIAS	225
ÍNDICE ALFABÉTICO	231

